

Eça e Paris

António Coimbra Martins



«Sim! Viver e escrever e morrer em Paris!
Nem isso nada tem, para um poeta, de novo...
Em Paris, onde, enfim, eu seria feliz...
Se, neste mundo, não tivéssemos Moscovo.»

TRADUÇÃO MAL ALINHAVADA DE UM POEMA DE Maiacovski, que poderíamos imaginar escrito, *mutatis mutandis*, por Eça de Queirós, ou por Fradique Mendes... mas sentimentos como estes não se exprimiam impunemente, nem sequer em Portugal...

A carreira de Eça é uma ascensão que leva a Paris. A capital francesa e os escritores franceses estão presentes, para ele, desde o início e desde antes do início da sua obra. Desde muito antes. Chegado a Paris, gastando-se em Paris, algumas vezes reagiu, ou, pelo contrário, deixou de reagir, de maneira surpreendente. Descobriu, por outro lado, que havia qualquer coisa como Tormes neste mundo.

Há acusações e atitudes que me parece oportuno lembrar. E sobretudo quando nos recordamos, celebrando este centenário, do que foi o precedente: 1945, centenário do nascimento, ano do fim da segunda guerra mundial. Algumas vozes se levantaram, que tornavam vibrantes um acendrado patriotismo... e todos os medos daquele tempo. Avançavam os Russos direitos a Berlim. Convinha realmente comemorar a vinda ao mundo assim de um maldizente, de um desnacionalizado, que tinha metido a ridículo valores portugueses dos mais sagrados?

Nós somos muito comemorativos, não é verdade? De um ponto de vista português a guerra começara em comemorações – as famosíssimas do Duplo centenário – e ia acabar com outra: a do nascimento do maior romancista português.

Eça de Queirós, já nos seus últimos anos, tinha como que respondido de antemão a estas acusações: «*Em lugar de ser culpado da nossa*



desnacionalização, eu fui uma das melancólicas obras dela». Isto, no célebre artigo *O Francesismo*, que explica, de maneira tão graciosa quanto inverosímil, como o futuro escritor, da infância à adolescência e da adolescência à maturidade, se tinha progressiva e inelutavelmente «afrancesado». Achamos este ensaio muito significativo. É que o réu não se pretende exactamente inocente. Pelo contrário: até concede! Somente, a culpa não era dele!

Está velho? Não está. Eça de Queirós nunca foi velho. Com a idade com que deixou tão prematuramente este mundo, tinha um dos escritores franceses que mais cita – Voltaire – começado apenas a produzir as suas melhores obras-primas.

Não era por estar velho. Nem talvez por estar doente. A concessão estava-lhe, por assim dizer, na massa do sangue. Era efectiva-

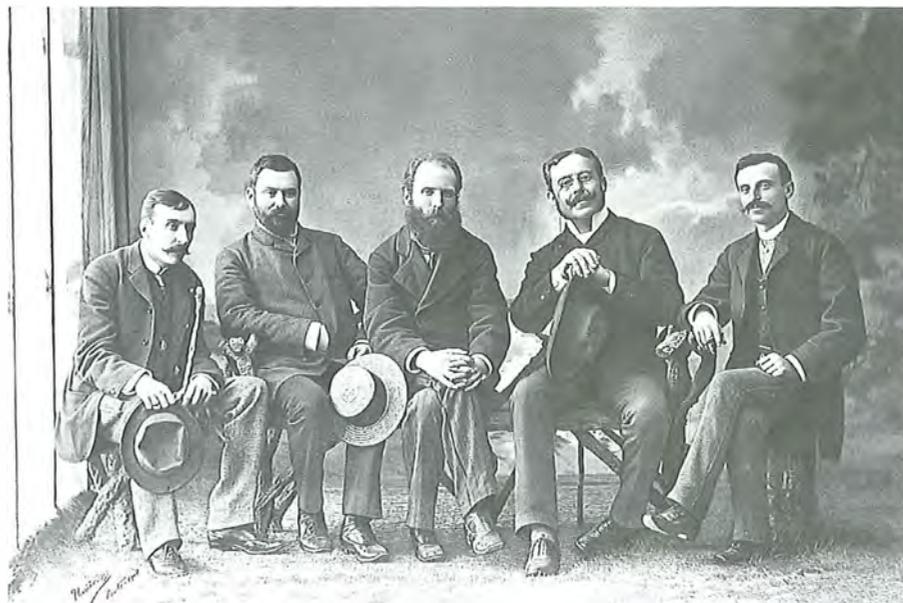
mente – Eça de Queirós – um temível polemista. Mas nunca esgrimia senão com florete embolado. O Dâmaso d’*Os Maias* ficava a tremer perante o mestre de armas. O Gonçalo d’*A Ilustre Casa* fugia de um valentão de feira que lhe saía à estrada. E em Julho de 1880, a abundância de duelos em Paris inspirava ao escritor palavras de reprovação e estranheza: «*Estas últimas semanas [...] têm sido sangui-nolentas. Os duelos sucedem-se tão regularmente como as madrugadas; e o primeiro espectáculo que o sol, o velho e dourado Febo, avista, ao assomar à nossa varanda do Oriente, é um francês, em mangas da camisa, e de florete na mão, à beira de um arroio ou nas ervas de um prado, procurando varar com arte as vísceras essenciais de outro francês».*

Eça de Queirós não era espadachim nem brigão. E tinha como um desgosto de o não

ser, que ficou subliminarmente claro nos seus livros. Batia-se concedendo, trazendo o adversário ao seu terreno, fazia as suas melhores sortes quando o punha na sua distância, e, depois de o ter desarmado, atirava-lhe uma flor. De ironia. Era muito artista.

Foi também por isso que ele escreveu, como quem se desculpa, que foi a vítima, e não o culpado do afrancesamento. Mas realmente apresentou essa desculpa? O artigo, que se tornou célebre, foi encontrado entre os papéis do escritor. Teria sido escrito muito pouco tempo antes da instalação em Paris. Certo é que, embora muito construído, muito «escrito» e extremamente interessante, não foi publicado por diligência do romancista. Nós não o julgamos afrancesado. Antes uma espécie de artista ilusionista. De um lado mete francês, do outro sai português. De lei. Português irredutível.

O escritor cultivava o paradoxo. O homem era muito paradoxal. Aprendeu depressa a criar personagens (portuguesas) de uma verdade flagrante. Teve dificuldade em eleger a sua própria personagem. Não foi inteiro, nem inabalável. Nas perturbações de Coimbra, no seu tempo de Universidade, entrou numas e noutras não. Todavia era amicíssimo do Antero de Quental. Mas explode aquela estrepitosa questão coimbrã: o classicismo social de Antero contra o romantismo versificatório de Castilho. Saem centenas de panfletos. As letras portuguesas, cansadas de esterilidade, parem a sua crise. E o Ramalho bate-se contra o Antero. O Camilo exprobra as vaidades irritadas e irritantes. Ora, não consta que o Eça se tenha irritado. Panfleto seu, não vimos nenhum. De resto, para voltarmos ao princípio, não era uma questão de afrancesamento. Tanto bebiam uns como outros nas letras francesas. Pinheiro Chagas tinha escrito a Castilho esta magnífica frase: *«poetas como*



Vossa Excelência e Vítor Hugo»... E o Eça tinha já, mas ainda não declarada (nem sequer hoje suficientemente ponderada), uma admiração enorme por Vítor Hugo.

A vida literária de Queirós em Coimbra fora sobretudo o teatro universitário. Como se ele andasse à procura do seu papel... Mas amadurecia-se em Coimbra para florir em Lisboa. E o mais acessível eram os jornais, para aquela burguesia que se prezava um pouco de literatura. Evidentemente, o que vai escrever para os jornais o nosso homem é literatura de literatura. Eça não encontra a sua fonte à roda de si, puxa ao extravagante, sem esforço de coordenação, o que lê em livros e jornais franceses. Sai texto que chega para se fazer notado: é fora do comum e às vezes «bem apanhado», em sentido não-pejorativo.

Não encontrara ainda a sua matéria *scribenda*. Não ensaiara ainda satisfatoriamente a sua própria personagem. No verão de 1867, (dirá mais tarde), vieram-lhe às mãos, por acaso, um dia, no café Martinho, umas folhas amarro-

«Grupo dos Cinco», no Porto. Eça, Oliveira Martins, Antero, Ramalho e Guerra Junqueiro.

tadas do jornal *A Revolução de Setembro*. E o prosador de jornal deparou, maravilhado, com cinco ou seis produções de um poeta de jornal – Carlos Fradique Mendes – cujo nome figurava, em letras enormes, por baixo desses versos. A sensação produzida é muito curiosa, e lembra a questão coimbrã, em que se batem românticos contra românticos. Na verdade, os amigos de Eça, segundo o escritor, «*andavam deslumbrados*» pelo lirismo épico da *Légende des siècles*, e esse próprio Hugo os revoltava contra o lirismo íntimo. Em passo mais aparentemente autobiográfico, Eça de Queirós precisa: «*nesse ano de 1867, eu, J. Teixeira de Azevedo e outros camaradas tínhamos descoberto, no céu da poesia francesa (único para que os nossos olhos se erguiam), toda uma plêiade de estrelas novas, onde sobressaíam, pela sua refulgência especial, esses dois sóis – Baudelaire e Lecomte de Lisle*».

Trémulo e pálido de paixão, o jovem Eça (na casa dos vinte) elevava a voz a horas mortas para declamar a *Charogne* de Baudelaire, em detrimento de dois cónegos, vizinhos do lado, que não deviam conhecer o poeta das *Flores do Mal*, mas detestavam certamente o ruído nocturno.

Tudo isto são memórias, evidentemente... Aliás pseudo-memórias. Mas recordam-me o inimigo de duelos e brigas. Gostava de Baudelaire a rapaziada do cenáculo? Seria fiel à paixão que a fizera tremer? Não seriam preferíveis às do mal as flores de Santo Ovídio?

Eça tomara estado, e era cônsul em Paris, quando começou a revelar o seu Fradique Mendes, personagem que «*nunca tinha existido, e todavia morrerá*». Ele é que lá sabia.

Que outra Paris tinha sido a do jovem, ao tempo das declamações nocturnas! Capital que nunca vira, e todavia existia radiosamente. As comparações eram cruéis para nós. «*Paris inventou a Revolução!*» E Lisboa? «*Oh, doce Lisboa, coroada de céu, resigna-te a não ter alma!*» O rapaz tinha-se instalado em Évora

em fins de 1866, e dava largas à sua ambição cosmopolita, dirigindo o *Distrito de Évora*, o que não lhe tolhia a pena para a *Gazeta de Portugal*. Da capital do distrito via o mundo por um canudo, que eram os periódicos estrangeiros, sobretudo franceses. Falta um estudo, por exemplo, sobre Eça de Queirós e aquela famosa e longeva *Illustration* que ainda Jacinto indicaria ao Zé Fernandes, para o entreter e muito mais duraria. Os progressistas de Coimbra tinham vibrado com as insurreições polacas, os Polacos fugitivos tinham largamente participado nos movimentos revolucionários europeus... Pobre Polónia! escreve o *Distrito de Évora* desde o seu número 5 (20 Janeiro 67). O assunto das discussões políticas era então o ucuse do czar unindo a Polónia ao império russo. Mais tarde se veria: «*Deus quer que, depois de ter soado durante muito tempo a hora das vinganças, soe um dia só, um momento, a hora da justiça*».

Mais tarde veria Queirós, instalado em Paris, as marcas de amizade franco-russas, em 1893. Aos pés do czar a cidade que inventara a Revolução! O czar! «*tudo nele parece belo, a sua estatura, a formidável rijeza dos seus músculos, a sua longa e tocante paternidade, a quietação grave da sua vida familiar*». O declamador nocturno das *Flores do Mal* faz (finge?) agora uma diferente ideia da França, da qual outra classe lhe aparece: «*estou certo que, na alta burguesia conservadora, já muito bom francês pensou secretamente quanto ganharia a França em ter um rei do tipo moral e físico do czar [...] O czar esposa a França*».

Mas necessitaria realmente do czar aquele país, de quem Eça dizia em 1867 que era invencível? Que, mesmo que as armas o pros-trassem, as letras lhe assegurariam a vitória?...

«*Sempre será a França que há-de dar a fórmula das ideias e do caminhar. Hoje, reúne em volta de si, pela indústria e pela ostentação, os reis*

e os príncipes, mas de há muito que agregou, pelas letras e pelas artes, todos os sábios e filósofos. Desde todos os tempos tem a França dado a palavra de ordem, e, se se disputar a dominação da Europa, há-de ser chamada a ela a França [...], porque a França tem as ideias e o cérebro, a grande arte e a grande ciência. Mesmo, relativamente aos Russos, esta verdade fora comprovada. Quando os cossacos entraram em Paris, respeitaram-na como uma cidade sagrada: ela é realmente a cidade sagrada da inteligência. Nada poderão, nem a Rússia, nem a Prússia, se a França for unida, unida pelo princípio da liberdade».

Continuam as certezas de 1867, e Bismarck, após a sua embaixada em Paris, ia desenvolvendo a partir de Berlim, a sua estratégia ambiciosa. Carlos Fradique Mendes dava poéticos sinais de si, e Ferdinand de Lesseps aproximava da conclusão a grande obra daquele tempo que era o canal de Suez. Assistir à inauguração? Aconteceu. O conde Luís de Resende, par de Reino, convidou a acompanhá-lo o jornalista de inegável talento e larguíssima curiosidade, em que ia inspirando atitudes, uma ideia de Fradique, sem nome ainda. Era um jornalista que escrevia do mundo, captava com rapidez e perspicácia os ridículos da sociedade, e espalhava a sua sincera e ardente convicção nos benefícios do progresso.

Dois meses através do próximo Oriente, nos melhores hotéis. Nas grandes ocasiões lobrigavam-se personagens importantes e gente conhecida, nas outras procurava-se o exotismo, e enxergava-se a miséria. Num dos hotéis, Théophile Gautier. Aquela cara! Eça teria julgado que o tratavam de deus. E ia enchendo de notas os caderninhos de que fizera larga provisão. Primeiros apontamentos sobre a condição da mulher, sobre a servidão dos *fellahs*, imaginações sobre a Palestina no tempo de Tibério e de Cristo...

Inauguração pela imperatriz Eugénia. Realizada a obra, já Lesseps pensava em outro

canal a abrir, no Panamá. Era o espírito do século. E o Fradique, que estava em Eça, considerava o génio e a perseverança daquele aristocrata – engenheiro, diplomata, visconde – que triunfara de tantas dificuldades...

Por seu lado Bismarck ia de vitória em vitória, e apoiava a candidatura Hohenzollern ao trono de Espanha, agravando assim a tensão franco-alemã. De regresso, Eça de Queirós passa rapidamente do primeiro efeito da viagem (folhetins *De Port-Said a Suez*) a uma incursão divertida numa espécie caricatural de romanesco (*O Mistério da Estrada de Sintra*), com o seu toque fradiquiano, que, renovando anterior cumplicidade, escreve de parceria com Ramalho, mais adiantado na sua aproximação do dandismo.

No folhetim intitulado *A confissão dela*, Eça imagina uma parada militar em Longchamp. A família imperial francesa assiste, algumas sedições hipérbolas do estilo épico condizem com as personagens na convencionalidade do passo.

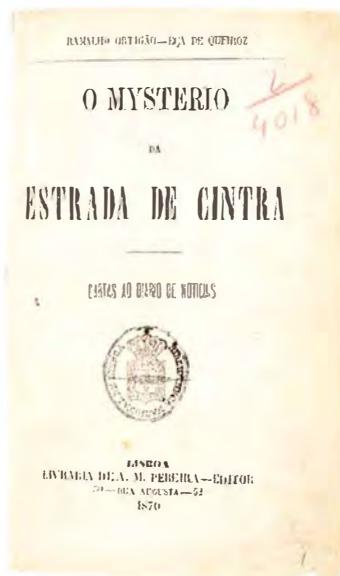
«Os capacetes, as couraças, as espadas faiscavam ao sol. O chão tremia sob o compasso do galope. Sentia-se já o tinir do ferros. Distinguiam-se já os coronéis, esbeltos moços condecorados. Ouvia-se o resfolegar ofegante dos cavalos. O imperador tinha-se descoberto, todos na tribuna estavam de pé... De repente, por um movimento único, toda aquela enorme coluna estacou firme, vibrante, imóvel, reluzente, agitando as espadas, e gritando:

– Hurra! Viva o Imperador!

A tribuna de pé, respondeu:

– Hurrah!

Então, vendo uma tão admirável cavalaria, uma tão grande força, tanto prestígio imperial, e tomados do indomável orgulho das tradições, ou possuídos da febre do sangue militar, muitos oficiais, que estavam nas outras alas, adiantaram-se, e elevando as espadas, gritaram:



O *Mistério da Estrada de Sintra*.
Primeira edição em livro, 1870.

Primeiro número de *As Farpas*.

– *A Berlim! A Berlim!*
E na tribuna algumas vozes clamavam também:

– *Sim, sim, a Berlim!*
O Imperador então, erguendo-se nos estribos, estendeu a mão aberta como impondo silêncio, ou como dizendo: Esperai!».

O Napoleão III deste passo anuncia em alguma medida, sugerindo qualquer constante no versátil Eça, aquele czar, por quem suspira a França, em 1893, segundo o nosso cônsul? Em todo o caso a versatilidade não fica menos bem servida. Eça era, e diz-se, um fanático de Vítor Hugo e dos *Châtiments*. Pois, no *Mistério da Estrada de Sintra*, pinta esta imagem epinalasca do imperador magnífico assistindo a uma revista magnífica!

Esperai! Impôs este Napoleão à sua admirável cavalaria, ansiosos todos, bravos e reluzentes neste sonho do Tejo, por ocupar Berlim numa carga esplêndida. A verdade é que a França declarou guerra à Prússia. Quando o romance acabou, já as hostilidades, mais rápidas e decisivas que a aventura literária, tinham levado à capitulação de Sedan, e o magnífico imperador achava-se prisioneiro.

Eça de Queirós não recua senão para Leiria, que vai administrar e observar. Mas, sem embargo das convulsões da Europa, o projecto cosmopolita não deixava Fradique. Em Setembro, o admirador de Vítor Hugo e Napoleão o Pequeno presta provas para cônsul, e fica em primeiro lugar. Em França, a Assembleia destituiu o imperador, proclama a República, e decide, para evitar piores males, como chamando a si grandezas que o mundo conhece, instalar-se em Versalhes. Eça de Queirós administra, o que o não impede de vir frequentemente a Lisboa. A 18 de Setembro os Prussianos iniciam o cerco de Paris.

«*Sim! Viver e escrever e morrer em Paris...*».

Eça enche cadernos de notas em Leiria, como fizera no Próximo-Oriente. A partir do coração da Europa já o mundo tinha mudado tanto! Nos tempos que passa em Lisboa, o jovem administrador, prometido a cônsul, reaproxima-se dos amigos de outros tempos: de Ramalho, com quem vai espicaçar a sociedade dormente; de Antero, com quem vai explicar os tempos que estão chegando. Deixara passar a questão coimbrã. Chamava por ele a nova conjuntura. A ocasião e o fruto das leituras fazem o realista. E a ocasião faz o socialista.

A Assembleia Nacional francesa e os Prussianos discutiam o armistício. A 18 de Janeiro de 1871 o rei da Prússia é proclamado, em Versalhes, imperador da Alemanha. A 28, o cerco de Paris é levantado. Os chamados preliminares de Versalhes (26 de Fevereiro) estabelecem que a França permaneça ocupada enquanto não tiver pago inteiramente uma colossal indemnização de guerra, que a Alsácia e uma parte da Lorena passem a fazer parte da Alemanha. Entre o povo de Paris, o desespero está à beira de se transformar em revolta. A 10 de Maio o tratado de Frankfurt põe termo à conflagração. O compositor Ricardo Wagner, cuja vida em Paris (1843) fora de fracassos e miséria, compôs, na base destes factos, o libreto de um *vaudeville* satírico e tendencioso, a musicar na veia de Offenbach, que se intitula justamente *A Capitulação*.

O primeiro número de *As Farpas* ignora completamente a guerra e as consequências da guerra franco-prussiana. Consagra-se ao que sempre é bom dizer, e sem perigo: as coisas morais: «*Os costumes estão dissolvidos, e os caracteres corrompidos. A prática da vida tem por única direcção a conveniência*». Ora, a revolta da Comuna de Paris tinha estalado a 18 de Março. O terceiro número d'*As Farpas*, sobre o início das Conferências do Casino, muda de tom: «*O senhor Antero de Quental abria [...] as*

conferências democráticas no Casino. É a primeira vez que a Revolução, sob a sua forma científica, tem em Portugal a palavra».

Este número é de Maio. No dia 21 do mesmo mês as tropas «versalhesas» forçam a entrada da capital de França. A repressão, chamada «a semana sangrenta de Paris», culmina entre 22 e 28 de Maio. Em Lisboa e nas principais cidades portuguesas, a emoção foi considerável. Os seus efeitos em pleno Chiado, e à roda da estátua de Camões, seriam descritos por Eça nas maravilhosas páginas finais do seu primeiro grande romance: *O Crime do Padre Amaro*.

Durante os últimos dias da repressão feroz, apresenta Antero de Quental, no Casino, o seu famoso texto sobre as causas da decadência dos povos peninsulares. Eça de Queirós, exonerado entretanto do seu cargo em Leiria, lê a sua contribuição a 12 de Junho, sob o título alternativo de *A nova Literatura ou O realismo enquanto moderna expressão da arte*. Tanto quanto podemos sabê-lo, esta conferência proclamava a falência da literatura sem desígnio social. Três grandes nomes, todos franceses, cujas teorias se resumiam, indicavam os caminhos a seguir: um filósofo, que era Proudhon; um pintor, que era Courbet; e um romancista, que era Flaubert.

Nunca o conferencista teria visto, a não ser talvez nalguma reprodução, os quadros de Courbet. Mas sabia que o *Enterro em Ornans* tinha feito escândalo. Sabia que Courbet tinha alinhado com a Comuna. Sabia talvez que um certo Emile Zola tomara a peito a defesa e a promoção de Courbet. E talvez também não ignorasse que Courbet fora prudoniano, e continuava, em 1871, fiel ao autor da *Justiça e revolução na Igreja*.

E o nosso próprio jovem, entrado nestas conferências? Teria alguma vez sido prudoniano? Penso que não. Somente, penso também

que nunca esteve tão perto de o ser, como no ano trágico de 1871.

Os comparatistas pretenderam que tanto as *Farpas* como as *Conferências do Casino* fazem eco a empreendimentos franceses da mesma natureza. As *Farpas* situar-se-iam na linha satírica das *Guêpes* de Alphonse Karr, periódico fundado em 1829, mas cuja publicação fora retomada quarenta anos mais tarde, ou seja dois anos antes da iniciativa de Queirós e Ramalho. Quanto às Conferências do Casino corresponderiam, em objectivos e conteúdos, às *Conférences de la rue de la Paix*, «tribuna do mundo livre», lançadas dez anos antes por Emile Deschanel, mal regressara do exílio, e seguidas atentamente, entre tantos, por Emile Zola. A «tribuna do mundo livre» devia ser assegurada por partidários e divulgadores do espírito moderno, na sua tripla dimensão de «racional, histórico e científico».

Na série do Casino, a conferência de Eça de Queirós foi a quarta. A 19 de Junho, quinta conferência, a cargo de Adolfo Coelho, sobre o ensino. Dado o tema deste artigo, seja-nos permitida a evocação de Vítor Hugo: «*Sonnez, sonnez toujours, clairs da la pensée!*»

E a adaptação ao caso vertente: «*A la cinquième fois, les murailles tombèrent*».

Queremos dizer, caíram as disposições que protegiam os conferencistas. Ou seja: foi proibida a continuação das conferências. O documento que protestava contra a proibição reuniu mais de trezentas assinaturas. Não podia faltar a de Eça de Queirós, que voltou à carga nas *Farpas*: «*o ministro [do Reino] não tem o mínimo direito [de proceder à] rude supressão da palavra a prelectores de literatura, de arte e de pedagogia. Fazendo como faz, tal supressão está fora da lei, fora do espírito do tempo, quase fora da humanidade*».

Eça defendia a Revolução, mas na sua «forma científica». Vai agora explicar melhor

(Junho de 1871): «queremos a Revolução preparada na região das ideias e da ciência; espalhada pela influência pacífica de uma opinião esclarecida; realizada pelas concessões sucessivas dos poderes conservadores; enfim, uma revolução pelo governo, tal como ela se faz lentamente e fecundamente na sociedade inglesa. É assim que queremos a Revolução».

Decerto também em 1789 os progressistas franceses entendiam e defendiam que a solução dos problemas do seu país seria um regime à inglesa, e nem sequer falavam de república. As *Farpas*, apesar da sua prudência, e de serem também atacadas pela esquerda, tinham picado demais. Tinham chasqueado, por exemplo, a propósito de outra proibição: a de um folheto sobre a Comuna, que publicara em Coimbra a Imprensa da Universidade. Por estas e por outras, sustenta Eça de Queirós, em Novembro de 1871, que o Ministro dos Negócios Estrangeiros o tomava pelo chefe do Partido Republicano em Portugal (é boa!); e que por isso o não nomeara para uma vaga, que entretanto abrisse, de cônsul na Baía. Tal suposição merecia a sua farpa, e teve-a. Curiosamente, é o único texto em que o nosso romancista se dá por discípulo de Proudhon. Lá vem, e não parece ironia, o «meu mestre Proudhon». Com o Eça nem sempre é fácil distinguir, e, como o hábito é uma segunda natureza, talvez ele mesmo, às vezes, tenha hesitado na fronteira entre sentido irónico e literal. Certo é que, organizando mais tarde o volume intitulado *Uma campanha alegre*, preferiu deixar de lado esta «farpa» muito pessoal.

Como se sabe, foi-lhe proposto no ano seguinte o lugar de cônsul na Havana. Como se sabe, aceitou. E deixou-se de farpas. Ramalho continuou sozinho. Didacticamente. Ao contrário do que pretende o nosso provérbio quinhentista, as suas sólidas letras despontaram o ferro da lança.

Foi, numa vida breve, uma carreira diplomática rápida. Um ano mais ou menos na capital de Cuba, que lhe chegou para entender misérias da imigração dos Chineses, de que nunca tinha ouvido falar. E logo a Europa: três anos e meio em Newcastle, depois Bristol, onde bateu, durante mais dez, um penoso compasso de espera. Admirava muito a vida inglesa, mais ainda a literatura inglesa; o proletariado inglês não lhe era especialmente simpático, a colonização, a organização colonial inglesa pareciam-lhe as melhores de todas. O que não impedia as letras francesas, parisienses, de continuarem, para ele, as mais próximas e influentes de todas. Aliás ausentava-se muito. Vindas a Portugal, férias, escalas em Paris... Chegava-lhe o tempo para tudo. Enfim, em Agosto de 1888, cônsul em Paris. Dois anos antes, tinha tido discretamente lugar o seu casamento com Emília de Castro, treze anos mais nova do que ele.

Não hesitamos. O tempo que medeia entre a nomeação para a capital de Cuba, e o da sua instalação na capital da França, é o das obras-primas. Um jovem muitíssimo promissor deixa Portugal em 1872; um grande escritor português, quiçá o maior do seu tempo, assume a direcção do Consulado de Paris, cerca de quinze anos mais tarde. Já lá havia quem o conhecesse enquanto escritor... Como em Espanha... Como no Brasil... Entre os primeiros que sentiram o seu génio, Araripe júnior, no Ceará; dos espanhóis, Emília Pardo Bazán; nas letras francesas, a bulhosa madame Rattazzi.

Após uma estada rápida no nosso país a Rattazzi tinha publicado em Paris, em fins de 1879, um volumezinho picante, que fez sensação cá na terra, intitulado *Le Portugal à vol d'oiseau*. No capítulo consagrado à literatura, mostra-se reservada, cáustica até, relativamente a Camilo, mas favorável a Eça. «Il y a

dans ses oeuvres – diz ela – du mouvement, de l'action, beaucoup d'âme et une grande observation». Não ficaria por aqui. Em 1884, dirigia a Senhora a revista *Les Matineés espagnoles*, e lá insere uma notícia extremamente lisonjeira de *O Mandarim*. Como por acaso, a primeira tradução francesa da novela sairá em 84 e 85 em números sucessivos da *Revue universelle internationale*. Entretanto a própria Rattazzi tinha começado a publicar a primeira tradução de *O Primo Basílio* na revista que dirigia. Acabou de sair este trabalho, por várias razões cotado baixo entre os queirosianos, ainda em 85, ano em que Zola recebe Eça em sua casa. O anfitrião teria exclamado, ao acolher o seu admirador estrangeiro, como se esperasse maior envergadura física para tão grande literária, já sua conhecida – «*Comment? Est-ce bien vous? Mais vous n'êtes qu'un enfant*». É verdade que a visita não teve efeito aparente, pelo menos se ponderamos a propósito conhecimentos travados, como o de Zola/De Amicis ou o de Zola/Turgueniev...

Quanto à tradução, Rattazzi não segue a edição definitiva do romance, nem é muito feliz. Mas o longo prefácio que a precede é que merece fazer data. A autora sustenta que *O Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio* são ambos romances perfeitamente conseguidos; e o resumo analítico que faz do segundo, não é apenas simpático, como também astucioso. Assim como assim, são estas as primícias da divulgação e da tradução da obra queirosiana em França, que não começou, como se vê, muito tarde, mas ainda não está concluída, nem sempre foi favorecida. Reflexão da tradutora, que merece reter-se, seja como for que se julgue: «*l'écrivain portugais a autant de talent que Zola, et il n'exagère pas le système*».

Havia, em Paris, um certo número de boas disposições que, em princípio, deveriam ter ajudado a abrir o caminho de Eça, havia um



Eça com Ramalho Ortigão.

conhecimento anterior entre o homem e a cidade, da parte do homem para com ela, uma admiração, um apetite de sempre. Relativamente a estas expectativas as coisas não correram bem. Nem sequer, e desde o início, nos actos mais mezinhos e indispensáveis. Apresentando-se para gerir o Consulado, Eça não foi bem recebido. O seu predecessor abalara para Portugal, e intrigava para recuperar o lugar. A mulher do cônsul ficara. Mas não lhe queria dar as chaves da casa. Para vencer a dificuldade, Eça esforçou-se por desenvolver relações com o ministro que dirigia a

Legação. Tinha de se resolver, evidentemente. Era uma situação aberrante.

Mas havia também o problema da casa própria. Eça não conseguiu estabilizar em Paris domicílio pessoal. Andou a família de casa em casa. De resto, continuava a deslocar-se muito. Deslocava-se mais que nunca, talvez. Por razões profissionais ou por razões literárias... O que sobretudo lhe interessava era o progresso e a promoção da sua própria obra. Viveu como marido exemplar, cremos, como pai exemplar, a vida familiar. Mas por intermitência. Finalmente até a doença o separava dos seus. Aqueles «crescimentos» que lhe davam, a revolta do aparelho digestivo contra uma gastronomia forte e repuxada, cujo gosto desenvolvia com os preferidos amigos.

A solidão de Havana, de Newcastle, de Bristol tinha sido mais propícia ao escritor que a imensidão e as relações de Paris. E a nossa diplomacia tem a pecha de se relacionar consigo mesma. Eça interessou-se pelos Franceses, de que tinha a esperar enquanto escritor. E não tanto ele, paladino ou ex-paladino de Zola, pelo que ia produzindo a cultura francesa. Até certo ponto parece ter-se dado um fenómeno que a devoção italiana tão bem conhece, que até pôs em provérbio: «Roma veduta, fede perduta».

Entre Portugueses, ao tempo das Conferências do Casino, deprimir Portugal, que se mostra, bocejando ou falazando, tão alheio às turbulências e avanços da Europa, é sedutor e faz efeito. No turbilhão de Paris, a um português, as proporções aparecem muito diferentes. Via-se Portugal tão pequeno, que a tentação, o empenho era engrandecê-lo.

Em princípio nada seria tão fácil e apropriado como falar de Paris, a quem instalara em Paris o seu laboratório. Mas a verdade da observação, Eça conseguia-a sobretudo na ficção. Em Cuba ainda pensara num romance

que se devia chamar *Uma Conspiração em Havana*. À parte esse projecto, que nunca passou de projecto, o seu único romance, em que, melhor ou pior, sejam focados quadros e costumes não-portugueses, é *A Cidade e as Serras*.

Parece que a República francesa, vista de perto, mas sempre de fora, não correspondeu à expectativa do ex-discípulo de Proudhon. Os corpos dirigentes eram como os outros. Tinham o seu fato de solenidade, como a classe média portuguesa as suas roupas de ver a Deus. Esse fato era detestável. Visse-se, em comparação, o fausto da Corte inglesa! Uma ideia de Napoleão III a cavalo, dizendo às tropas que não tivessem pressa, que logo chegariam a Berlim, tinha-o inspirado. Couraças, cavalos, penachos, espadas desembainhadas... As mulheres, certo género de pintores, adoram estas coisas. Ora, os grandes dignitários, saídos do sufrágio universal, do povo que cortara a cabeça ao rei, vestiam-se todos de uma dignidade preta, casaca preta, chapéu preto... Uma tristeza.

O pretendente era, ao tempo, o conde de Paris, Louis-Philippe d'Orléans. Em 1894, quando este morre, Eça descobre-se comovido, ao escrever sobre o conde e a sua ilustríssima família. O grupo doméstico que saiu de Luís Filipe é realmente admirável. Dos filhos deles, já dizia o velho Metternich, «*serem rapazes como se não vêem e príncipes como não há [...]* E do conde de Paris se pode ainda dizer que ele seria a França, mostrando por toda a parte, da Europa até à América, através dos seus dois exílios, o que é a virtude, a coragem, o saber, a polidez, a bondade de um príncipe francês». Como o seu Artur Corvelo, Eça caía em laços das «*augustas personagens*», que nem elas armavam, empurrado pelo gosto da distinção, que ia levando mais alto, e que a ascensão na carreira proporcionava. Do rei Humberto, escreve que ele lhe

parece «a razão e a força da unidade italiana». Relativamente ao Brasil, a república em marcha não o seduz. De Eça em Paris, o grande amigo brasileiro é Eduardo Padro, um monárquico dos quatro costados, panfleatório anti-republicano. De certo, Eça não era sectário. Queria reunir o que houvesse de melhor, fosse qual fosse a convicção. Também tinha amigos brasileiros entre os republicanos. Mas Teófilo Braga manteve distâncias, a certa altura, em relação à *Revista de Portugal* por razões que tinham que ver com a política.

Filha do conde de Paris, Amélie D'Orléans casara em 1886, em Lisboa, com D. Carlos. No mesmo ano – amável coincidência! – em que tinham Eça e Emília unido os seus destinos. O ano em que o romancista trabalha n' *A Relíquia*, onde é possível que venha transposta em figurado a história das suas núpcias. Enfim, D. Amélia era rainha de Portugal.

Não tinha os músculos do czar, evidentemente... Mas era de boa cepa, e os portugueses sabiam admirar a força capaz de revigorar o reino. O próprio Eça: «*Uma das feições mais tocantes da sua alma portuguesa, é a admiração pelos homens fortes que fizeram o reino forte. Filha de França, terra de tão alta valentia que Deus a escolheu para seu soldado e por ela fez os seus grandes feitos – gesta Dei per Francos –; princesa de uma casa onde os heróis decerto não escasseiam, pois que 49 dos seus antepassados morreram soberbamente em combate – a rainha, hoje, sem abandonar a sua afeição filial pelos paladinos da França, sente uma admiração talvez mais enternecida pelos de Portugal, ou por compreender já que eles mais concorreram para a grandeza da Humanidade, ou porque, pertencendo ela mesma à história de Portugal, se afeioou por aqueles que tornaram essa história tão poética e tão heróica*».



Caricaturas de Rafael Bordalo Pinheiro alusivas à conferência de Eça sobre *O Realismo como nova expressão da Arte*, e à proibição, por parte do governo, das Conferências Democráticas do Casino.

Assim, o nosso romancista, que tinha concebido e imitado a distinção de um Fradique, de um Carlos da Maia, e admirado, puxando-lhe o lustro, a cavalaria de Napoleão III, vai multiplicando o emprego do termo «raça», em acepções que lembram o ensaio famoso do seu colega diplomata recém-falecido, o conde de Gobineau. «*Atenta a bem pensar; leal e amena, corajosa com a serena coragem da sua casa*», a real Senhora parece-lhe ainda «*senkata, com o luminoso senso da sua raça, toda penetrada dos seus deveres reais*».

«*Mas eu que falo humilde, baixo e rude...*»

Eça de Queirós lamenta-se: «*Sempre a obscuridade e a sorte me trouxeram alheio à corte*». Ai, de que se lamenta ele!

Em 16 de Abril de 1898, escreverá de Lisboa a D. Emília, ficada em Paris, que o seu artigo sobre a rainha lhe parece que desagradara em Lisboa «soberanamente». A escolha do advérbio é irónica. Agora, a rainha tinha-o recebido. «*...Foi exuberante de reconhecimento – afirmando que nunca sobre ela se tinham dito coisas tão amáveis e num tom tão elegante. Estava terrivelmente linda – e extra-amável*».



Fiel tinha-se mantido o escritor ao realismo e à ironia. Mesmo na fábula (como *O Mandarim*) será realista. Mesmo o seu bucolismo (como *n'A Cidade e as Serras*) será irónico. O seu estilo, definido nos romances realistas, não mudará mais senão até à sua própria caricatura, quando o romancista começa a perder qualidades e a deixar-se desmotivar. Este realismo do já-não-realismo foi admiravelmente explicado por Michelle Giudicelli. Fiel mantém-se, salvo excepção, aos modelos que elegeira...

Voltaire? Volta em força, em 1894, a propósito da beatificação de Joana D'Arc. «*É um erro supor, como pretendem agora os católicos e os patriotas, que já, no tempo de Voltaire, a sua grande facécia* [o poema 'La Pucelle d'Orléans'] *sobre a donzela lorena fora reprovada. Pelo contrário! Todo o séc. XVIII aplaudiu a facécia*»... Hugo? Outra beatificação – uma beatificação cívica – quando morre o poeta. E a essa, Queirós adere sem reservas: «*este fanatismo do Mestre, de que não me quero curar, me impede toda a crítica lúcida e calma*»... Ou ainda: «*fui realmente criado dentro da obra do*

Mestre, como se pode ser criado numa floresta»... Ou ainda, sobre a atitude do povo: «*a mim, o que me comoveu foi a atitude de Paris. Que os negócios se esqueçam, as festas se adiem, uma vasta cidade pare e fale baixo, porque há algures num canto de uma avenida, um poeta que está a morrer; é um sublime espectáculo*». Flaubert? Explica Eça ao conde de Arnoso como lembrado de Théophile Gautier, que a arte é tudo, e tudo o mais é nada. E dispara-lhe esta pergunta: «*Podem-me tu dizer quem eram os Ministros do Império em 1856, há apenas trinta anos quando Gustave Flaubert escrevia Madame Bovary? Para o fazer precisas desenterrar e esgaravatar com repugnância velhos jornais bolorentos; e, achados os nomes, nunca verdadeiramente poderás diferenciar o sujeito Baroche do sujeito Troplong; mas, de Madame Bovary, sabes a vida toda, e as paixões, os tédios e a cadelinha que a seguia, e o vestido que punha quando partia à quinta-feira na Hiron-delle para ir encontrar Léon a Ruão*».

Este pequeno passo diz uma admiração, sincera e fértil, e dá sinal, sem querer, de duas outras. Assinalámos a primeira que o relaciona com o célebre poema *L'Art* de Théophile Gautier. Honestamente relevar-se-á que não era preciso procurar em jornais velhos os nomes dos ministros Baroche e Troplong. Basta folhear *Les Châtiments*, onde são evocados ambos várias vezes, e até aparecem reunidos num alexandrino estrepitoso. Que desçam os ministros, que se curvem mais perante Napoleão, o pequeno: «*Plus bas! Baise, Troplong! Plus bas! Lèche, Baroche!*»

No mesmo texto, prefácio para os *Azulejos* do conde de Arnoso, que data do ano seguinte (1886) ao da visita a Zola, exalta «*essas vivas rijas, fecundas, resplandecentes criações do Assommoir e de Nana*». Prevê a glória futura de Zola, e a efemeridade da fama política: «*Concebes tu a possibilidade de que,*

daqui a cinquenta anos, quando se estiverem erguendo estátuas a Zola, alguém se lembre dos Ferry, dos Clémenceau, dos Cánovas, dos Bright?» Denuncia a reacção portuguesa, tacanha e falsamente moral, ao progresso do naturalismo: «Nesta capital do nosso reino permanece a opinião, cimentada a pedra e cal, entre beijos e entre letrados, que naturalismo é grosseria e sujidade».

Verbera com especial vigor a opinião sobre Zola, que prevalece na imprensa: «Não tens tu reparado que, quando um jornalista, copiando no seu jornal com pena hábil a parte de polícia, que o é rosbife da imprensa, menciona um bruto que proferiu palavras imundas, nunca deixa de lhe chamar; com uma ironia, cujo brilho raro o enche de justo orgulho – discípulo de Zola? – Não tens notado que, nos periódicos, quando se quer definir uma maneira especial de ser torpe, se emprega esta expressão consagrada – à Zola? Não tens tu visto que, ao descrever um caso sórdido ou bestial, o homem da gazeta acrescenta sempre, com um desdém grandioso: 'Para contar bem como tudo se passou precisávamos saber manejar a pena de Zola?'».

E conclui, com indignação pouco frequente na sua pena satírica, assumindo a ênfase, e condenando sem apelo: «Assim é! Assim é! Estranha maravilha da asneira! O nome do épico genial de *Germinal* e de *L'Oeuvre* serve para simbolizar tudo que, em actos e palavras, é grosseiro e imundo!»

Anda a trabalhar n'Os *Maias*, que serão publicados dois anos depois, ou seja pelos tempos em que Eça de Queirós alcançou a nomeação para Paris. A sua obra-prima não está longe, assim, de coincidir com o que pode considerar-se a meta da carreira que tinha escolhido. E lá se repete a defesa – quase apaixonada, dir-se-ia – de Zola e do naturalismo.

É no capítulo 6, na impressionante cena do jantar no Hotel Central, em que se opõem, em matéria de literatura, o romântico ultrapassado (Tomás de Alencar) e o partidário, mais ou menos autêntico da poesia «moderna» – o João da Ega, o dos inovadores projectos literários que conta levar a cabo no refúgio que, para o seu estudo e os seus prazeres tem preparado e significativamente intitula *Vila Balzac*. Os meios lisboetas do Bairro Alto, dos fadistas e faias parecem a Carlos merecer «...um estudo, ou um romance que seja também um estudo». E este projecto logo traz à discussão o *Assommoir* de Zola, para onde Carlos inclina esse científico labor. Atitude de personagem? O próprio narrador interrompe a cena, a propósito, numa apologia convicta do naturalismo. Fala o narrador: «O naturalismo! Esses livros poderosos e vivazes, tirados a milhares de edições; essas rudes análises, apoderando-se da Igreja, da Realeza, da Burocracia, da Finança, de todas as coisas santas, disseccionando-as brutalmente e mostrando-lhes a lesão, como a cadáveres num anfiteatro; esses estilos novos, tão preciosos e tão dúcteis, apanhando em flagrante a linha, a cor; a palpação mesmo da vida...».

Não vamos discutir aqui se, na vida e na obra de Eça de Queirós, há uma mudança, uma reviravolta, uma inflexão que a certa altura as façam aparecer outras, ou mesmo contrárias, nos seus objectivos, nos seus processos e nos seus valores. Apenas se, quanto a Paris, à literatura e à cultura parisienses, à importância do que se passava em Paris, se produzia tal fenómeno. E, para isso, não reconsideraremos principalmente a sua obra parisiense – ficção, crónica, epistolografia – no que ela oferece, mas pelo que nela podemos considerar que falta. Porque, do sentido da *Ilustre Casa de Ramires*, da autenticidade,



Primeira página de «A Ilustre Casa de Ramires» na *Revista Moderna*, 20 de Novembro de 1897.

das motivações e do significado da *Cidade e as Serras*, por exemplo, se tem discutido muito.

Sem sair, por enquanto, das vias tradicionais, concederíamos imediatamente, e, para começar, de uma maneira geral, que muitos valores fundamentais permanecem na obra, e nos fragmentos de Eça, publicados em vida, ou póstumos, que foram escritos após a nomeação para Paris: exigência de uma plena liberdade de expressão; percepção da urgência do combate à miséria, à ignorância e à exploração; oposição às formas violentas de manutenção da ordem; sentimento ou presentimento da injustiça da relação colonial; consciência da importância dos interesses coloniais e da expansão colonial no relacionamento entre as potências europeias... Estes valores aparecem em vários tons, ou subentendem-se até ao fim...

Por outro lado, não se pode acusar Eça de ter ignorado Paris ou a agitação francesa, embora já se devam estranhar, às vezes, os aspectos destas realidades, que ele escolheu tratar e comentar: a questão Buloz, o *grand-prix*, a «estatuomania», o espiritismo... sem falar da descrição (ou imaginação) da ociosidade da alta burguesia, que vem na *Cidade e as Serras*, e da vacuidade do tipo de aristocrata, francês ou não-francês, mas íncola de Paris, censuráveis neste romance. Não que o alvo não o devesse ter sido; mas porque a pintura não tem verosimilhança. Na *Cidade e as Serras*, o Eça neo-parisiense empreendeu descrever um mundo, que merecia decerto a sátira mordaz – que a teve, e inquietante, no *Paris* de Zola – mas que ele não conhecia. Eça preferia e frequentava, e deixava-se por eles frequentar, os portugueses e brasileiros abastados de Paris. A cena famosa da «pesca do peixe», na ceia que dá Jacinto, no cap. 4 do romance, parece-nos

das mais forçadas, farsescas e menos espirituosas de toda a obra queirosiana. Razão tem a tia Vicência, quando Jacinto conta a anedota em Tormes, e ela comenta: «– *Oh, filho, que coisas!*»

O que julgamos deva considerar-se decepcionante é o grande escritor europeu Eça de Queirós não ter visto, no que chamava e muitas vezes se chamou o «decadismo» francês, correntes nem representantes dignos de assinalar. Salvo o caso de Verlaine (falecido em 1896). O que fora um entusiasta de Courbet, se consagra uma crónica ao *Salon*, fala das *toilettes*, e não aposta num pintor, nem numa pintura.

Está em construção desde 1876, e tardará a ficar pronta, a basílica do *Sacré-Coeur*. Zé Fernandes sugere a Jacinto que subam, a ver a obra, aos altos de Montmartre. Mas a basílica não lhes interessou, abafada em tapumes e andaimes. Daquele cimo os dois portugueses dominam Paris. Dir-se-ia que Eça recorda o final do *Père Goriot*, e o célebre desafio de Rastignac, que acabou de enterrar o velho, à cidade que tem a seus pés: «*À nous deux maintenant*». Sobretudo porque o sentimento de Jacinto é exactamente antagónico: «...*é talvez tudo uma ilusão... E a cidade, a maior ilusão*».

Há uma certa grandeza nesta antítese. Mas o próprio *Sacré-Coeur* foi escamoteado. É apenas um exemplo. O Paris físico, que aparece, é o já imaginado antes de Eça lá ter ido, o mesmo que evocavam, e até como coisa sua, os burgueses que metia a ridículo a esse tempo, por exemplo no final do *Padre Amaro*, ou mais tarde, na *Tragédia da rua das Flores*. O urbanismo de Haussmann, percorrido, tem menos sorte que a cavalaria e Napoleão III, imaginada. Nenhum comentário sobre a arquitectura metálica de Baltard ou Eiffel, que suscitava polémica.

Mais demorada atenção merece o caso da música. Do Paris de Jacinto, como antes de Genoveva, apenas são lembradas canções picantes e mesmo de péssimo gosto. Todavia, vivia-se uma grande época da melodia francesa. Jacinto prefere a ópera, ou, em todo o caso, frequenta muito a ópera. Ao Palais Garnier projecta mesmo ir com o duque de Marizac e Zé Fernandes ouvir o *Lohengrin*... Esta representação é perfeitamente datável, e não pode deixar de ser datada. Mas só nos é dado a conhecer o sentimento a propósito de Zé Fernandes: «Na Ópera, nem saboreei o Lohengrin e a sua branca alma e o seu branco cisne e as suas brancas armas – enlatado, aperreado, cortado nos sovacos pela casaca que Jacinto me emprestara».

Ora, a montagem do *Lohengrin*, ao tempo, constituiu um acontecimento de importância transcendente: musical, social e até política. Foram apenas três representações, a primeira das quais a 16 de Setembro de 1891. Nunca antes esta ópera tinha sido representada no primeiro teatro francês. Nem nunca mais o seria antes de 1939.

Havia em França, sobretudo em Paris, uma forte oposição à música de Wagner, e muito mais forte à pessoa. O principal motivo desta atitude não era de carácter musical, nem cultural. Era um ressentimento muito agressivo, e em parte justificado, motivado pela natureza do libreto do *vaudeville*, *A Capitulação*, que o jovem compositor escrevera após a guerra franco-prussiana. Obra infeliz, na verdade. Uma das personagens representava Vítor Hugo, metido a ridículo. Um *Coro dos ratos* fazia negações aos parisienses, reduzidos à fome, durante o cerco da capital.

Mas havia também, em Paris e em toda a França, e sobretudo no meio musical, quem se tivesse apaixonado pela música de Wagner. E até Zola... De forma que o projecto de montar o *Lohengrin* suscitou uma polémica de âmbito

nacional, com implicações internacionais, e uma tentativa, animada pela extrema-direita, de impedir as representações. O patriotismo francês estava dominado pela ideia da desforra, e, por infeliz coincidência, ao tempo do *Lohengrin* no Palais Garnier, o exército achava-se em grandes manobras na frente Leste. Por outro lado, a aproximação franco-russa, que Eça de Queirós largamente comenta, assumia aspectos que ultrapassavam todas as expectativas. Enfim, tinha sido (havia anos) proibida a peça *Thermidor* de Victorien Sardou, por se considerar susceptível de provocar manifestações e alteração da ordem pública. A propósito desta proibição escreveu Eça de Queirós (ainda não estava em Paris) uma crónica muito oportuna intitulada *A propósito de Thermidor*. Na iminência de *Lohengrin* perguntava-se: Como assim? Autoriza-se a ópera de Wagner, e proíbe-se a peça de Sardou? Dias antes da estreia do *Lohengrin* foram divulgados em Paris dois cartazes com a inscrição *La Patrie en danger*. Mas o prefeito da cidade – Jean Lozé – recebeu instruções para contrariar as eventuais tentativas de impedir as representações.

Assim foi estreado o *Lohengrin* no Palais Garnier... em versão francesa, e cantado por franceses. Todas as noites (três, portanto) houve manifestações em frente do edifício, e nas cercanias. Todas as noites se fizeram centenas de prisões, e todas as noites, quando o maestro (Charles Lamoureux) erguia a batuta, se levantava um espectador na plateia, e pedia: – «Sr. Lamoureux, queira fazer o favor de começar pela Marselhesa». Outros insistiam: – «Sr. Lamoureux, dê-nos o prazer de nos fazer ouvir o hino russo». Os patriotas eram expulsos e a abertura começava.

É verdade, pois, que as representações tiveram lugar. Mas porque as autoridades tinham tomado todas as precauções. Por isso, o jornal monárquico *Le Pilon* publicou em

LE PILORI

LOZÉ...HENGRIN A L'OPÉRA, par BLASS



Nous ne sommes plus en France! Talma Jouvi à l'Éclair de tout le monde de Paris.

Primeira página do semanário monárquico, de Paris, *Le Pilon*, na semana seguinte à estreia do *Lohengrin* na Ópera (Setembro de 1891). Dado por responsável pelos acontecimentos, o prefeito da cidade, Jean Lozé, conduz, sobre o «branco do cisne», a ocupação do Palais Garnier pela soldadesca prussiana, assegurando a representação. Como o prefeito se chamava Lozé, o nome da ópera passa a «Lozé...hengrin». Reprodução fotográfica de Laura Castro Caldas e Paulo Cintra.

primeira página uma gravura alusiva e eloquente. O prefeito de Paris, que desliza sobre o cisne de *Lohengrin*, assegura a representação, dirigida por um prussiano, e a que apenas assistem, com o seu capacete pontiagudo, soldados prussianos, perfeitamente disciplinados. Dissemos que o prefeito se chamava Lozé... A ópera não é o *Lohengrin*, mas antes o *Lozé – hengrin*.

Qual teriam sido, nesta ocasião, o sentimento e a atitude do duque de Marizac, muito provavelmente monárquico? Em todo o caso, se é natural que o nosso Zé Fernandes, em tais condições «nem tenha saboreado o *Lohengrin* e a sua branca alma e o seu branco cisne e as suas brancas armas», já se afigura muito estranho, em contrapartida, que não tenha conservado outra recordação da récita, senão a da casaca apertada, que lhe emprestara Jacinto...

Trata-se de romance, evidentemente... mas esta guerra do *Lohengrin* teria sido o motivo pelo menos de um outro «eco de Paris», que aparentemente Eça de Queirós não escreveu. Ele, que achara maneira de consagrar um capítulo n' *O Primo Basílio* ao *Fausto* de Gounod, em São Carlos... Alguém lhe teria falado daquele primeiro Wagner no Palais Garnier. Mas como evocar tal estreia, sem as circunstâncias em que ocorreu?

A omissão é de assinalar, mas não de contribuir para uma depreciação do romancista ou do romance. O Paris d' *A Cidade e as Serras* é uma pintura; discutem-se o traço e as cores, o exagero da caricatura, que prepara o comprazimento no bucolismo, a influência da mudança do estatuto social do autor na natureza da opção... Mas não são as efemérides de Paris. E, quanto às cores dos quadros urbanos, não são mais amenas (embora ressaltem de relações muito mais complexas) no *Paris* de Zola. Aliás, o paralelo e o contraste dos dois romances seria um interessante exercício de

comparatista, de que já deixou a pista o excelente prefácio de Marie-Hélène Piwnik para a tradução francesa do romance de Eça. Total e significativo é o que nos aparece como o divórcio Eça/Zola, posterior à instalação do nosso novo cônsul em Paris; o posterior silêncio do nosso romancista quanto ao mesmo escritor, cujo nome, exemplo e obras tantas vezes defendera, aplaudira e se propusera seguir. Dir-se-ia que as notícias de Zola desapareceram a certa altura da obra de Eça; e quando mais deveriam estar presentes. Decerto *L'Assommoir*, que pinta o Paris popular, é, como vimos, citado nos *Maias*, a título de exemplo. Mas *L'Assommoir* é de 1877. O mesmo com *Nana*, sobre o que se chamava o *demi-monde* das «cortesãs». Mas *Nana* é de 1880. O próprio *Germinal* ainda é referido na obra queirosiana; mas é de 1885. Já de *La Terre* (1887) não vemos nenhum sinal explícito ou implícito na obra do nosso romancista, nem nos quadros provinciais da *Ilustre Casa*, nem nas pinturas rústicas da *Cidade e as Serras*. E fora o João da Ega que increpara o poeta Tomás de Alencar, gritando-lhe indignado na sequência da discussão sobre a «literatura latrinária», que descia ao «excremento»: «— Pois, quando encontrares enxurros desses [...] agacha-te e bebe-os! Dão-te sangue e força ao lirismo». Nem a conclusão dos *Rougon-Macquart* com o seu vigésimo volume (*Le Docteur Pascal*) no mesmo ano do *Lohengrin* no Palais Garnier, inspira uma notícia, um bilhete postal de Paris, ao escritor que fora acusado de imitar *La Faute de l'abbé Mouret*.

Mas o que sobretudo nos interessa e intriga é a raridade e natureza dos «ecos» da «questão Dreyfus» em tudo quanto se conhece de Eça de Queirós, e o mutismo total do nosso escritor sobre a intervenção de Zola nesta grande batalha que apaixonou, dividiu e marcou a França. Pouco antes aparecera nas suas

cartas a expressão «*conservar (ou imitar) o silêncio de Conrad*», que remonta a Boileau, e adquirira o sentido de não sair da mais prudente discrição. Poderia então atribuir-se à necessária reserva diplomática (esquecendo quanto troçara dela o romancista na *Tragédia da Rua das Flores*) a atitude – ou melhor, a não-atitude – de Eça? Mas a «reserva diplomática» impunha-se sobretudo ao ministro de Portugal em Paris, como aos nossos representantes se impunha o «dever» de informar o governo sobre a natureza do caso, e as proporções que ele assumira em França. Ora, essa informação também não existe. Ou não apareceu. Ou não a conhecemos. Por outro lado a «reserva diplomática» não abrange senão o que se declara, ou diz em público, ou se publica. E, se algum eco fugaz, fugacíssimo, da «questão Dreyfus» se pesca nos escritos de Eça é nas suas cartas pessoais e nas suas cartas familiares. Ora, a «reserva diplomática» – que em outros casos Eça não guardou – não abrange, evidentemente, correspondência pessoal. Além disso, essas cartas (três ao todo, salvo erro) são extremamente tardias: do Verão de 1899.

Fora *dois anos antes*, em 25 de Setembro de 97, que Zola publicara no jornal *Le Figaro* o seu primeiro artigo sobre a questão. A intervenção impressionou imediatamente, e a frase final fez sensação: «*La Vérité est en marche, et rien ne l'arrêtera*».

Eça encontra-se, como sempre se encontrou, em plena e múltipla actividade, cuidando literariamente da publicação, na *Revista moderna*, que sai na capital francesa, da sua *Ilustre Casa de Ramires*. Sabemos perfeitamente que lia o *Figaro*, e até lhe aconteceu fazer-se ou deixar-se fotografar lendo um número do jornal. Ter-lhe-ia escapado o de 25 de Setembro?

Não é verosímil. Mas mesmo que tivesse... Zola não tardou muito, vistos os

desenvolvimentos da questão, em voltar à carga. Sempre no *Figaro* publicou segundo e terceiro artigo – «Le Syndicat» e «Le Procès-verbal», respectivamente a 1 e a 3 de Dezembro. Depois, a 14 do mesmo mês, a veemente brochura *Lettre à la jeunesse*. A 6 de Janeiro de 98, novo libelo: *Lettre à la France*. Enfim, a 13 de Janeiro, no jornal *L'Aurore*, a famosa carta «*J'accuse...*»

A tiragem de *L'Aurore* era de trezentos mil exemplares. «*J'accuse*» sacudiu Paris e a França, foi logo conhecido e comentado na Alemanha, na Inglaterra, em Espanha, em Portugal... Mas onde está a crónica de Eça, a carta sobre esta carta, o bilhete postal de Paris? Nada. O silêncio de Conrad...

É bem sabida a continuação. Julgamento de Zola. Condenação de Zola... Admitimos que o nosso cônsul tenha permanecido fisicamente no seu posto desde a eclosão da «questão» até à Primavera de 1898. Se não nos enganamos, passou em Portugal os meses de Abril e Maio. Em Junho regressou a Paris. No mês seguinte Zola teve de sair de França, e fixar-se em Londres. Eça, que sempre ao longo da sua vida e obra se referira com sincera emoção, ao exilado de Jersey e Guernesey, continua aparentemente a ignorar a acção e os movimentos dessoutro escritor em exílio, motivado pelos seus escritos – seu contemporâneo, até certo ponto seu correligionário, e pessoalmente seu conhecido.

Decidida a revisão do processo Dreyfus, Zola regressa a Paris a 5 de Junho de 1899. O segundo processo começa a 8 de Agosto, no liceu de Rennes.

Datado de 14 de Agosto sai um longo documento em Lisboa, sob a forma de carta ao Presidente da República francesa, e título *À França e a Emile Zola*. Condenação veemente do anti-semitismo, e expressão de total solidariedade com o escritor. Assinam

cento e vinte intelectuais portugueses. O nome de Eça de Queirós não consta. Em Espanha, o romancista Blasco Ibañez tinha recolhido e feito recolher, para documento semelhante, cerca de trinta e duas mil assinaturas.

Ao fim da primeira semana de Setembro, o processo de Rennes está prestes a concluir. A agitação aproxima-se do auge. Eça de Queirós, em Paris, no Grand-Hotel Terminus, escreve no dia 8 uma carta curta a sua mulher que se encontra no Puy-de-Dôme, em vilegiatura. Diz que está muito calor, muita gente em férias, e faz então o que julgamos ser a sua primeira alusão ao caso: «*Paris quase deserto, e o que ainda cá está, só vivendo para ler jornais, e ferver pour ou contre Dreyfus*».

Sem qualquer espécie de transição, o aborrecimento da capital, antes da *rentrée*: «*este mês em Paris, quando se não está em casa, é bem secante...*»

No dia seguinte (9 de Setembro), mais curta ainda que a precedente, nova carta conjugal, em que o romancista se queixa de uma erupção de que sofre, embora esteja a melhorar, e passa da sua erupção à agitação dos parisienses, que, essa, está a agravar-se: «*não há quase tempo de pensar em erupções – no meio desta efervescência de hoje sobre o processo de Rennes. Paris arde de ansiedade e febre. Em torno dos quiosques de jornais há já magotes enormes, à espera das últimas edições. Mas por ora nada se sabe... Apenas que M. Demange acabou a sua espantosa plaidoirie, no meio da maior emoção*».

A maior emoção no tribunal. A maior efervescência em Paris. A maior impaciência... E qual o empenho pessoal do nosso cônsul? De que lado está quanto à questão Dreyfus? «*Deus permita que tudo termine bem, e que haja sossego, e que se possa tirar a atenção, enfim, da melancólica cidade de Rennes*».

O desejo do nosso cônsul, a fiarmo-nos nesta carta, é que a agitação termine, que se passe adiante, que não se fale mais no caso.

Em 9 de Setembro de 1899, os parisienses, aos magotes, em torno dos quiosques de jornais, esperavam notícia da sentença, quanto à revisão do processo Dreyfus, proferida finalmente no Liceu de Rennes, transformado em tribunal. Por cinco votos contra dois, o Conselho de guerra declarou Dreyfus culpado, com circunstâncias atenuantes. Zola escreverá no jornal *L'Aurore* três dias mais tarde: «*– le procès de Rennes s'épanouit [...] comme la fleur abominable de tous les fumiers entassés. On aura vu là le plus extraordinaire ensemble d'attentats contre la vérité et contre la justice*».

O que passa pela «manifestação» de Eça sobre o caso Dreyfus é uma carta a Domício da Gama, escrita em Forest, burgo no departamento da *Seine-et-Marne*, «*uma aldeia tão humilde que nem tem padeiro*», onde a família Queirós/Resende, sobretudo o romancista, debilitado e vulnerável, tenta recobrar forças. Eça tinha já entrado no último segmento da sua vida, tão saltitante, trabalhosa e fecunda, que é a procura de melhoras para os seus males, tanto quanto possível nas imediações de Paris. A carta foi escrita a 26 de Setembro.

Mas não contém realmente manifestação nenhuma. Aliás seria desarrazoado tomar por manifestação uma carta particular. E ainda mais quando ela não é espontânea: esta famosa carta é na verdade uma resposta «tardia» a outra, do próprio Domício da Gama, que viera do Brasil à Europa para cobrir a Exposição Universal (Paris, 1889), e se tornara grande amigo de Eça e da família Queirós/Resende. Contista e dado por «*representante de um novo naturalismo, mais amplo e mais humano que o da escola de Zola*», fora admitido à carreira diplomática na sequência da proclamação da República no Brasil, e em

Paris publicara o seu volume *Contos a meia tinta*, em 1891. Aderira desde início ao projecto da *Revista de Portugal*, que Eça dirigia e depois ao da *Revista moderna*. Encontrava-se na Suíça, em Berna, quando escreveu a Eça de Queirós uma carta desconhecida, ou que desconhecemos, em que se referia à sentença de Rennes e à reacção dos Suíços e a esta última peripécia do caso Dreyfus. Este terá sido o assunto principal da carta a propósito do qual, provavelmente, Domício interrogava o nosso cônsul sobre o seu próprio sentimento e a reacção dos franceses.

Não é crível que o interrogado não tivesse uma opinião, ou não estivesse ao corrente do que enchia todos os jornais. De resto, diz da mulher, a Domício: «*Tem passado as suas férias de aldeia, num sofá, a ler os jornais de Paris*». Começa a carta por desculpas: os amigos queixam-se de falta de correspondência sua. Admite que terão razão: «*Airregularidade da minha vida epistolar provém de que eu penso sempre as minhas cartas...*»

Pensa-as «inteiras». E daí, muitas vezes, a ilusão de que já as escreveu e enviou. À cautela, desta vez, para não falhar o envio, vai escrever antes de pensar, que é como quem diz vai dar notícias ao correr da pena. E, no quarto parágrafo de uma carta longa, que tem sete, aborda enfim (sem pensar antes) o caso Dreyfus. Ao seu próprio sentimento sobre a questão, consagra apenas duas linhas, das quais, todavia, ressalta claramente que fora Domício quem levantara a lebre: «*Também eu senti grande tristeza com a indecente recondenção do Dreyfus*».

E logo a seguir a razão principal dessa tristeza, em afirmação atenuada por um advérbio dubitativo: uma razão de carácter subjectivo que dispensa o nosso romancista de entrar no vivo da questão e nas suas terríveis implicações.

Decerto ficou dito já que a «recondenação do Dreyfus» foi indecente, mas a «grande tristeza» de Eça de Queirós não é exactamente, pelo menos não é principalmente, causada por essa «indecência». Porque «a sentiu» então o nosso romancista, que já parece «ter acabado de a sentir»? Mudança de assunto: «*Sobretudo, talvez, porque com ela morreram os últimos restos, ainda teimosos, do meu velho amor latino pela França*».

A questão dissolve-se na vastidão. Aliás, sobre a própria «indecente condenação», a grande tristeza de Eça exprime uma concordância com o sentimento de Domício, cuja expressão não conhecemos. É sobretudo essa concordância...

E se, depois de ter afogado o caso particular na vasta, inoportuna e subjectiva questão do seu amor de latino pela França, se o escritor volta «à melancólica cidade de Rennes», é para exprimir uma nova concordância com o seu interpelador: «*Os Suíços, querido Domício, não se enganam generalizando – e atribuindo o julgamento de Rennes à própria essência do espírito nacional*».

Em suma, teria sido o próprio «espírito da França», na opinião dos suíços, em interpretação de Domício, referida por Eça, que teria recondenado Dreyfus. E Eça interpreta a propósito, em acordo com Domício, e pondo de acordo suíços e franceses, que em França se sentiu e exprimiu o mesmo que na Suíça: «*Quatro quintos da França desejaram, aplaudiram a sentença*».

Poucos dias antes tinha escrito a Emília de Castro que, na expectativa da sentença, «*Paris ardia de ansiedade e febre*», que, em Paris só se vivia «*para ler jornais e ferver pour ou contre Dreyfus*». *Pour ou contre...* Como é que, no fim de Setembro, quatro quintos dos franceses são acusados de ter desejado e aplaudido a recondenação? Paris «ardia» numa quase



unanimidade? Última menção do processo após uma divagação sobre a suposta contribuição da França para o processo do humanitarismo: «*O processo de Rennes provou que a mesma bondade, a bondade individual, é nela [em França] rara, ou tão frouxa, que se some, apenas a França por um momento se constituiu em multidão*».

Quando se opera essa fusão, então a França desce ao último lugar na escala das Nações: «*Em nenhuma outra Nação se encontraria uma tão larga massa de povo para unanimemente desejar a condenação de um inocente (que sentia inocente) e voltar as costas. Ou mesmo ladrar injúrias, à sua longa agonia*».

Estas últimas são as melhores palavras de Queirós sobre a questão Dreyfus: foi condenado um inocente que os seus juízes e adversários sabiam inocente. Dreyfus viveu uma longa agonia. Os irredutíveis adversários de

Dreyfus voltaram as costas, ou ladraram injúrias a esta longa agonia.

As melhores palavras... Mas ainda surpreendentes. Eça de Queirós escrevera muitas vezes que o melhor num país, a sua mais bela e significativa imagem, eram o que exprimiam os seus escritores, os seus artistas... Eça de Queirós tinha admirado tanto, defendido tão lúcida e espirituosamente, imitado alguma vez, o autor de *L'Assomoir* e de *Germinal*... Como explicar que, nas raríssimas e tão discutíveis alusões em apreço, não tenha citado uma única vez o nome, o engajamento, a luta de Zola?

Seria despropositado, evidentemente, dado o assunto da presente contribuição, alargá-la numa equação como Eça de Queirós e os Judeus. Mas é de fazê-la algum dia, na base de crónicas como o *Isrealismo* ou *Lorde Beaconsfield* (Disraeli) sem esquecer as pinturas de Judeus (exemplo, o *Cohen d'Os Maias*, o Abraão antiquário) que aparecem na sua obra. Nem a ausência, da «questão Dreyfus», no infeliz e precoce finalizar dela. Nem o súbito esquecimento, como a propósito, do autor de «*J'accuse...*». E, como a nossa intervenção trata de *Eça e Paris*, é necessário, para terminar, reconsiderar a *Cidade e as Serras* visto que, neste romance, se opta pelas serras em detrimento de Paris, se voltam a esconjurar, mas com uma intenção anti-parisiense, as aparências e os engenhos ou engenhocas enganadores da civilização, já postos em acusação desde 1882, se denuncia a impotente obsessão erótica da alta burguesia cosmopolita.

Não exaltamos *A Cidade e as Serras* no conjunto da obra queirosiana, nem damos o livro por expressão de uma pena esgotada. Para nós o mérito maior deste romance, de um homem fisicamente arruinado, consiste em mais uma vez ter inovado, e desta vez *in extremis*, relativamente aos precedentes. De

romance em romance, Eça de Queirós renova, não o estilo que é ele, a observação que é realista, mas a receita do romance. Esta voluntária mudança de receita devia ser objecto de um ensaio especial.

No caso da *Cidade e as Serras*, a inovação consiste na experiência do bucólico, aquisição recentemente favorecida por uma peripécia da vida pessoal do autor, em contraste com o esboço de uma pintura satírica da sociedade cosmopolita parisiense. A vivacidade do díptico seduz. Pelo contrário, a insistência caricatural de Eça no seu próprio estilo, impressiona-nos desagradavelmente. O traço irónico começa a pesar. O jogo com as repetições e o recurso extremamente insistente à paleta reduzida dos adjectivos preferidos prejudica a adesão. O sorriso que inspira o «final feliz», como na *Ilustre Casa*, tem de ser complacente. Mas perdoa-se o «final feliz» a quem vê aproximar-se a meta fatal. De resto, Eça é tal, tão nosso, e tão nós, que se lhe perdoa tudo.

Acredite-se ou não na sinceridade e desinteresse da demonstração... Os que censuram o presumido interesse detiveram-se em factos que, por muito sabidos, não vamos lembrar. Aliás damos pessoalmente por mais válida a pintura das serras, em que há muito de novo, que a sátira de Paris, em que, mais uma vez, Eça caldeia influências francesas. Somente os que lhe censuraram o francesismo, não atentaram neste aspecto do romance. Não viram, ao gato escondido, o rabo de fora. E não viram, porque o propósito do romance implicava que se escondesse Paris. Basta-lhes isso.

Aparecem realmente ou não as reminiscências, neste Paris esconjurado, do Paris esconjurado/admirado de Balzac... Cujas *Illusions perdues* Eça já decalcara com a maior desenvoltura na *Capital*? É verdade que *A Capital* foi deixada na gaveta... Aparece ou

não qualquer influência do próprio romance *Paris* de Zola, sobre o qual o nosso cônsul emudece, como vimos? Surpreende-se ou não qualquer parecença entre o *Des Esseintes* de Huysmans (*A Rebours*, 1884) e o Jacinto do Jasmineiro e o Jacinto dos Campos Elísios? Mas o que mais nos incomoda são outras afinidades de intenção, a propósito, por exemplo, de cançonetas «ligeiras», com os *Odeurs de Paris* de Louis Veuillot, obra detestável de um reaccionário implacável, por que já o Eça do *Distrito de Évora* tem um fraco, que a esse tempo explica, e depois esquece, e depois lhe volta. Todo o Eça está no Eça do início, e a evolução não resulta tanto da melhoria do estatuto social como do lançamento da carta que a conjuntura pede. Não por oportunismo. Mas por relação da conjuntura com o que Eça *também* tem dentro. Porque tem muito dentro... O problema de Eça é que compreende tudo, e com mais finura ou mais espessura é capaz de tudo caricaturar. E que afina pelo mundo que o recebe, até porque também percebe a sua «razão».

A procura de influências – que fez época na crítica literária, mas se vem moderando – não deve excluir a consciência da contemporaneidade, que pode ser também significativa. No ano em que Eça se instala em Paris, em que saem *Os Maias*, em que o imaginário cultor de si mesmo, chamado Fradique, aparece digno de «notas e recordações», sai em Paris o primeiro volume do *Culte du moi* de Maurice Barrès. E, se os Vencidos da Vida se dão por batidos (ou desenganados?) no percurso que ela é, ou para eles foi até então, quer isso dizer que procuram ou admitem um caminho diferente.

De Barrès, *Les Déracinés* só serão publicados e discutidos uns dez anos mais tarde. Mas o «pobre homem da Póvoa do Varzim», não é ele um desenraizado? Nunca diríamos «desa-



Domicio da Gama e o Conde da Caparica com Eça de Queirós e a família, em Neuilly.

portuguesado», mas desenraizado, sobretudo porque para nós, portugueses, desenraizar-se é muito diferente de «desnacionalizar-se», e não implica desnacionalização. O que não é duvidoso é que o Eça, despegado do solo natal, terá um percurso, uma peregrinação muito mais acidentada e variada que a dos sete lorenos de Barrès, confrontados com Paris: da Póvoa para o Porto (colégio da Lapa), do Porto para Coimbra (Universidade), de Coimbra para Lisboa; de Lisboa para Évora; de Évora para Lisboa novamente; depois a viagem oriental com o conde de Resende; depois o regresso a Lisboa; depois Leiria; Lisboa ainda, e depois Havana; depois Newcastle; depois Bristol; depois Paris, sem falar de viagens a partir dos estabelecimentos de exercício, nem dos repetidos vaivéns. E o ponto de amarração, a casa, o «bocado de terra» portu-

guês, não existia para ele, ou não apareceu antes da herança Resende. E, quando apareceu, era necessário mantê-lo, fazê-lo prosperar. Em 1890 (Janeiro) Eça temia que o consulado de Paris voltasse a ser-lhe disputado pelo precedente cônsul: «*Isto não quer dizer que eu não tenha desejo de recolher à minha pátria; mas isso é difícil, por questões orçamentais; e, a ficar na carreira, então desejo ficar em Paris. Se vocês, todavia, homens poderosos, pudésseis arranjar aí um nicho ao vosso amigo há tantos anos exilado, teríeis feito obra amiga e santa! Era necessário primeiro descobrir o nicho! E depois arranjar do nosso bom amigo, o Rei, que eu fosse plantado no nicho!*»

Repisar, e para sempre, o solo natal, fosse ou não fosse à custa «do nosso bom amigo»... Dois anos mais tarde (1892), no conto *Civilização* (publicado em Novembro), acontece ao primeiro Jacinto, que troca Lisboa definitivamente pelo seu velho solar de Torges, e recupera saúde e alegria. No ano seguinte está concebido o projecto d'*A Cidade e as Serras*, que aparece primeiro como «novela fantástica». Desde os tempos das Conferências do Casino que o escritor se queixa de estar doente, e de necessitar de um «regime». O tema do regresso na sua obra relaciona-se com o desejo de cura e novas forças. Não só, evidentemente...

Em todo o caso é muito anterior ao conto *Civilização*. Muito anterior à instalação de Eça em Paris. Desde 1877 em Newcastle, que o escritor trabalha no romance que viria a ser chamado *A Tragédia da Rua das Flores*. A protagonista, que fugira para França a um marido português, e vivera em Paris, e ricamente, o esplendor da mocidade, e as ilusões efémeras da vida dissoluta, pretexta, olhando-o de lado, ao homem que a atrai: «*Estou com vontade de me enterrar aqui em Portugal, numa pequena aldeia...*»

Curiosa, a escolha do verbo «enterrar». O tema do regresso, que aparece associado à esperança de saúde recobrada, acontece que explicitamente se relacione com a ideia da morte. Na *Capital*, que Eça dá por «escrita» em 1878 (Abril), o triste herói do romance, beneficiando de uma pequena herança, troca Oliveira por Lisboa, a Oliveira regressa, depois de ter dissipado o seu dinheiro, e logo vai ao cemitério recolher-se sobre a campa da tia Sabina, única pessoa (falecida em sua ausência), que teve por ele uma grande e incondicional amizade. Note-se de passagem que o coveiro pretende, em duas reminiscência literais de *Madame Bovary*, que «a mesma cambada» que lhe ia roubar as batatas, plantadas no cemitério, voltou a saltar o muro, e a fazer estragos. Artur, surpreendido: «— *Então voçemessê plantava batatas no cemitério, homem?*» E o coveiro: «— *Então, porque não, senhor? [...] não há terra de sementeira como isto*».

Enfim, na *Cidade e as Serras*, se o segundo Jacinto decide um dia regressar a Tormes — onde se encantarà e ficará para sempre — é porque não pode faltar à cerimónia da trasladação dos ossos do seu tio Galião, de quem «está cheio» o 202 dos Campo Elísios: «*Não posso abandonar ao Silvério, aos caseiros o cuidado de o instalarem no seu jazigo novo. Há aqui um escrúpulo de decência, de elegância moral...*»

Na *Civilização* e na *Cidade e as Serras*, Eça não narra na primeira pessoa como no *Mandarim* ou na *Relíquia*. Não escreve ele mesmo as cartas dos Jacintos como sucedera com Fradique. Distancia-se como observador. E, como observador, teria projectado pintar a alta burguesia de Paris, como descrevera nos *Maías* a de Lisboa. Mas não se tinha prendido nela, como se integrara na *intelligentia* portuguesa a pontos de joeirar entre as suas figuras «distintas» como Carlos da Maia, e os seus adventícios como o Dâmaso Salcede. Os seus Marizac, os

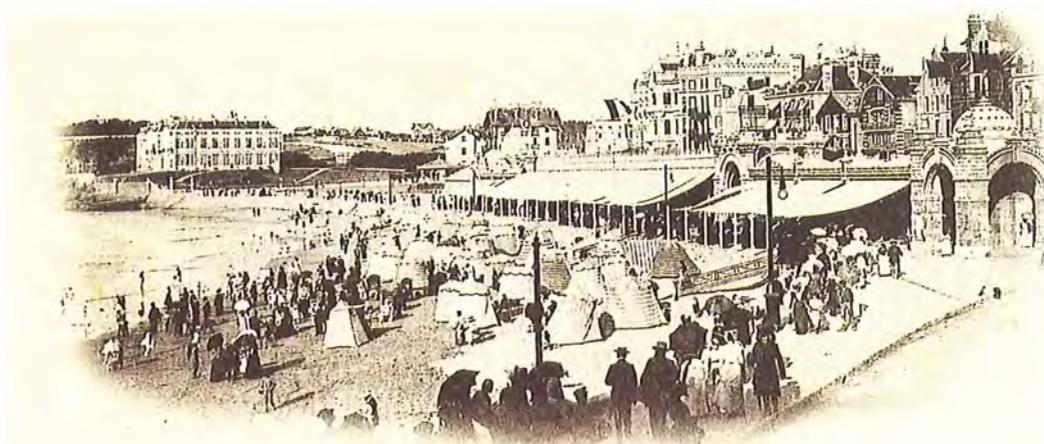
seus Trévoux são para consumo em Portugal, onde, já menos que Fradique, são capazes, como as iniciais prosas bárbaras, de *épater le bourgeois!* Quando se dá em Paris o choque da wagnerofobia e da wagneromania, Eça de Queirós retém-se. Quando estala e se desenvolve a «questão Dreyfus», remete-se (o que muito nos custa avaliar) ao «silêncio de Conrad».

Mais de acordo com o nosso tema, voltamos, para enfim terminar, à questão da «desnacionalização». Do «afrancesamento».

A nossa opinião é que Eça ganhou, no que chama a certa altura o seu exílio, o distanciamento que lhe permitia retratar mais flagrantemente os portugueses. No seu exílio ou peregrinação, ou emigração, nunca se estrangeirou, nem se afrancesou, antes reviveu uma velha peripécia portuguesa: tanto mais português, quanto mais emigrante. A linguagem das suas cartas passa a dar mais guarida a expressões francesas, é verdade. Mas o seu estilo nunca se afrancesou, o que bem experimentam, na dificuldade, os seus tradutores.

Terá realmente vivido por último, e até enquanto pateticamente, procurava, em geral





BIARRITZ. - ETABLISSEMENT DES BAINS A LA GRANDE PLACE - A. B. - N° 9

clube que eu e a Emília. O tempo hoje melhorou. Mas a tempestade ainda ronda. Eu tenho passado mal, um crescimento, graças a Deus. Se o mau tempo voltar talvez, pois d'isto não sei a certeza e vá até ao adepto de São, que dizem estar delicioso. M. de S.

perto de Paris, «ares» que ajudassem as suas melhoras, a admissão, ou o sonho, ou o projecto do regresso. Alcançara o local, como os nossos emigrantes começam por construir a sua casa, e muitas vezes acabam por não a habitar real ou definitivamente. Aliás a realidade da emigração portuguesa para França ainda não se impusera. O romancista/cronista que tantas excelentes páginas ou digressões consagrou às imigrações, ainda viu, com uma espécie de surpresa, os prenúncios da nossa emigração para Paris. Conviveu com burgueses. Mas não o deviam ser os compatriotas, acerca dos quais escreve a D. Emília em 30 de Junho de 1889: «A invasão de Portugueses continua. Houve um comboio barato, em que vieram mil e tantos».

Estava em curso – é verdade – a Exposição Universal, que se gloriava da Galeria das Máquinas e da Torre Eiffel. Também a este tema, como ao que seria o da participação

portuguesa, falta um proporcionado eco de Paris, queirosiano. Diz numa carta que foi jantar ao alto da Torre com o conde de Ficalho...

Temos o Eça que preferimos, discípulo de Proudhon, motejador de Proudhon, motejador do Rei, amigo do Rei... Amigo do Rei!... A arte é tudo – e tudo o resto é nada...

Na sequência do que Jacinto II fez, um Jacinto III, do tempo deste centenário da morte em Paris, munido do último modelo de telemóveis, instalaria hoje em Tormes uma tremenda bateria de computadores e, dispondo de sítio privilegiado, os respectivos anexos à teia, de que, por respeito, conservamos o nome em português. As afinidades, contrastes e arrufos luso-franceses e o remedeio de silêncios estranháveis, constituiriam a mais fecunda mensagem anti-uniformização, com que Tormes se singularizaria e valorizaria na aldeia global que muitos dizem se está tornando o mundo.